



## Abastecimento alimentar e COVID -19: uma análise das feiras no Vale do Rio Pardo-RS

Potira V. Preiss<sup>1</sup>, Renata Soares Navarro<sup>2</sup>, Jaime Miguel Weber<sup>3</sup> e Lavinia Lopes de Mello<sup>4</sup>

Dada a relevância das ações de fortalecimento da agricultura familiar como estratégia de combate à fome, a pobreza e a insegurança alimentar, o presente artigo busca compreender como a pandemia COVID-19 incidiu sobre os espaços de comercialização direta da agricultura familiar na região do Vale do Rio Pardo (RS), indicando os desafios vividos e as repercussões para o abastecimento da população. O trabalho foi realizado entre abril e agosto de 2020, tendo como base uma metodologia exploratória, com levantamento de dados qualitativos e quantitativos, através de fontes primárias e secundárias. Os resultados indicam que a maioria das feiras locais permanece ativas graças a mobilização dos agricultores em implementar uma série de medidas para evitar o contágio, seja em suas práticas pessoais, seja nos espaços de comercialização. Houve também uma atuação positiva de organizações governamentais locais frente às famílias agricultoras, não havendo registros de contágio nas pessoas envolvidas nas dinâmicas de abastecimento estudadas. A caracterização e a distribuição sócio-espacial das feiras da agricultura familiar da região são um resultado inédito e importante para uma agenda de pesquisas futuras.

**Palavras-chave:** Segurança alimentar; Mercados de proximidade; Pandemia.

## Food supply and COVID -19: an analysis of the farmers markets in Vale do Rio Pardo-RS

Considering the relevance of actions to strengthen family farming as a strategy to overcome hunger, poverty and food insecurity, this article aims to understand how COVID-19 pandemic is impacting family farm markets at Vale do Rio Pardo region, indicating the challenges experienced in maintaining trade and the consequences for food supply. The research occurred between April and August of 2020, based on an exploratory methodology, with qualitative and quantitative data collection. The results indicate that the majority of local farmers markets remain active thanks to the mobilization of farmers to implement security measures both at personal level and at trading channel. There was also a positive performance by local governmental organizations vis-à-vis farming families, with no records of infection among people involved in the studied cases. The characterization and socio-spatial distribution of farmers markets in the region are an unprecedented and important result in setting an agenda for future research.

**Keywords:** Food security; Proximity markets; Pandemic.

<sup>1</sup> Pesquisadora *Pós-Doc* no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Endereço para correspondência: Av. Independência, 2293 - Universitário, Santa Cruz do Sul – RS; CEP: 815-900; Tel.: (51) 3717-7300; *E-mail*: potira@unisc.br. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0098-1588>.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. ID ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3315-7461>.

<sup>3</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. ID ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2335-0295>.

<sup>4</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. ID ORCID <https://orcid.org/0000-0001-5239-3844>

Submetido em: 30/09/2020

Aceito em: 06/02/2021

## INTRODUÇÃO

A pandemia COVID-19 chega ao Brasil em um momento altamente delicado, em que após alguns anos de sucesso no combate a fome e a insegurança alimentar, o país enfrenta crises políticas e econômicas que colocam a sociedade em um contexto de vulnerabilidade. Passados seis meses, o número de pessoas acometidas pela doença em todo território nacional era de 4.544.629<sup>5</sup> dos quais 136.895 vieram a óbito. Em muitas cidades, o número de internações segue batendo recordes, levando a uma intensificação do colapso do sistema de saúde, sem que haja ainda uma real compreensão da doença ou uma cura acessível à população.

Ainda no início da pandemia, distintas agências internacionais lançaram relatórios e notas alertando para a necessidade de ações emergenciais de forma a garantir que a crise sanitária não se tornasse também uma crise de insegurança alimentar. Entre os diversos materiais publicados, damos destaque ao alerta do Painel de Alto Nível de Especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional do Comitê de Segurança Alimentar Mundial que argumentava o perigo de que a crise da Covid-19 poderia levar a instabilidade no abastecimento de alimentos, ao impacto nas condições de compra da população, bem como mudanças nos hábitos alimentares com o potencial aumento de alimentos menos nutritivos<sup>[1]</sup>.

Infelizmente, podemos afirmar que estas previsões se tornam reais a cada dia. A crescente taxa de desemprego no país<sup>[2]</sup> traz graves consequências para a qualidade de vida da população. Os dados da pesquisa recentemente lançada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o IBOPE<sup>[3]</sup> Inteligência indicam que o contexto de insegurança alimentar volta a ser uma realidade no Brasil, seja pela redução da renda e impossibilidade de adquirir comida ou pela mudança dos hábitos que incluem o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, em especial em famílias com

crianças. Entre os resultados apresentados, há indicação de que nos últimos seis meses, 33 milhões de brasileiros se encontraram em uma situação de restrição alimentar, na qual os alimentos em suas residências acabaram e as famílias não detinham mais recursos financeiros para a compra de comida<sup>[3]</sup>. Ainda que, até o momento, não tenham sido vivenciadas crises de produção de alimentos no país, a alta dos preços de alimentos base, em especial o arroz, tem figurado as manchetes dos jornais e colocado a população em alerta. Tornam-se urgentes e imprescindíveis ações que possam garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN).

Considerando a relevância que a agricultura familiar tem para a produção de alimentos no país, configurando maioria na força de trabalho agrícola, iniciamos em abril de 2020 uma pesquisa para compreender como a pandemia COVID-19 estava incidindo sobre os espaços de comercialização direta, vinculados à agricultura familiar no Rio Grande do Sul, gerando impactos na saúde, na renda e nas dinâmicas de abastecimento local. Mais especificamente, neste artigo pretendemos apresentar e discutir a situação vivida pelos agricultores familiares da região do Vale do Rio Pardo (RS) frente à COVID-19, indicando os desafios vividos para a manutenção de seus espaços de comercialização e as repercussões para o abastecimento da população local.

O trabalho tem como base uma metodologia exploratória, com levantamento de dados qualitativos e quantitativos por meio de fontes primárias e secundárias. A coleta de dados primários ocorreu por meio de entrevistas realizadas *in loco* ou via telefone com os gestores e responsáveis pelos canais de abastecimento, tendo como base quatro formulários que consideravam diferentes situações e tipos de comercialização: Feiras ativas (11 questões abertas e 11 questões fechadas); Feiras funcionando apenas com entrega domiciliar de alimentos (11

<sup>5</sup> Os dados referentes ao número de doenças e óbitos relacionados a COVID-19 são referentes ao dia 20 de Setembro de 2020, data de redação do artigo, sendo os dados revisados diariamente pelo Ministério da Saúde.

questões abertas e 21 questões fechadas); Feiras suspensas e sem nenhum tipo de comercialização (11 questões abertas e 9 questões fechadas) e por fim sistemas de comércio com entrega domiciliar, vinculados a agricultura familiar (11 questões abertas e 18 questões fechadas). Todos os formulários continham questões sobre dados básicos, características sobre o funcionamento das experiências e questões relativas às reações e adaptações frente à COVID-19. A coleta dos dados iniciou no dia 6 de abril e encerrou em 31 de agosto de 2020, tendo 5 regiões do Estado do Rio Grande do Sul como foco empírico.

Após essa introdução, o artigo apresenta mais cinco seções. A seguir, apresentamos uma breve revisão teórica sobre a relevância dos espaços de abastecimento da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional e na sequência uma caracterização do local de estudo - a Região do Vale do Rio Pardo. Os resultados são apresentados e discutidos em duas seções: a primeira foca em apresentar o perfil e o contexto dos canais de abastecimento estudados e a segunda traz uma reflexão sobre o papel destes estabelecimentos frente à segurança alimentar da população local. Ao final, apresentamos algumas considerações que sintetizam o debate realizado e indicam novos horizontes de investigação.

### **As conexões entre a segurança alimentar e nutricional e as dinâmicas de abastecimento protagonizadas pela agricultura familiar**

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) amplamente aceito e utilizado no Brasil rege que “Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que *respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis*”<sup>[4]</sup>. Os trechos grifados ajudam a ressaltar a peculiaridade do conceito brasileiro, que se tornou internacionalmente reconhecido ao integrar diferentes dimensões da SAN de forma que aspectos nutricionais e de saudabilidade se tornam indissociáveis dos contextos sociais e ambientais que geram o alimento em

questão. Em parte, este é um reflexo do processo de construção do conceito que envolveu acadêmicos, gestores públicos e uma atuação ativa de organizações e movimentos da sociedade civil em defesa do DHAA e que qualificam a SAN como um problema social e político, influenciado pela forma como temos concebido os sistemas alimentares<sup>[5]</sup>.

Ainda que o tema em si não seja novo e já integrava as relevantes contribuições trazidas por Josué de Castro na primeira metade do sec. XX, é somente após o processo de redemocratização do país que esse tema ganha fôlego, sendo consolidado através da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro 2006). A consolidação da LOSAN recomendou a elaboração de uma Política (PNSAN) e de um Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN) que ajudasse a qualificar uma série de medidas que já vinham sendo acionadas no país desde 2003 para combater à fome a partir de uma abordagem sistêmica, contemplando para além da assistência alimentar medidas que incidissem para a redução do desemprego, o aumento real do salário mínimo, a criação de programas de transferência de renda e o fortalecimento da agricultura familiar<sup>[6,7]</sup>.

Neste último caso, destacamos duas políticas públicas de especial relevância na promoção da SAN vinculadas ao fortalecimento da agricultura familiar: o lançamento em 2003 do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e a alteração da Lei nº. 11.947 em 2009 permitindo que recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passassem a ser utilizados para a aquisição de alimentos da agricultura familiar, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Uma vasta literatura tem se dedicado a analisar a efetividade desses programas para a SAN, a inclusão social e produtiva, a promoção da sustentabilidade e a melhoria da qualidade de vida dos atores envolvidos<sup>[8]</sup>.

É importante ressaltar que as ações de fortalecimento da agricultura familiar como estratégia de combate à fome, pobreza e insegurança alimentar não são uma exclusividade brasileira, mas se inserem em uma agenda internacional promovida por diferentes agências que corroboram a relevância destes atores sociais como principais responsáveis pela produção doméstica de alimentos. Segundo

dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)<sup>[9]</sup>, a agricultura familiar responde por cerca de 80% do valor de produção em alimentos no mundo, tendo 500 milhões de pessoas dedicadas a atividades agropecuárias, sendo uma produção majoritariamente concentrada em propriedades pequenas, visto que aproximadamente 475 milhões dos estabelecimentos têm menos de 2 hectares. Esse contexto nos alerta para a importância da implementação de ações de apoio, assistência e fortalecimento da agricultura familiar sendo essas altamente estratégicas para o desenvolvimento social e sustentável a nível global<sup>[10,11]</sup>. O Brasil segue uma tendência similar, visto que a agricultura familiar representa 77% do total de estabelecimentos agrícolas, gerando trabalho e renda para 10,1 milhões de pessoas que ocupam 67% da população economicamente ativa nos estabelecimentos agropecuários<sup>[12]</sup>.

É importante destacar que o papel estratégico não se dá apenas pela importância numérica ou produtiva da agricultura familiar, mas também pelo tipo de alimento que produzem e a forma como praticam a agricultura, sendo vinculados em inúmeros estudos a processos de produção diversificados e de baixo impacto ambiental, gerando alimentos com composições mais ricas em micronutrientes, um elemento essencial à saúde e a SAN<sup>[13,14]</sup>. A insegurança alimentar atualmente é compreendida como um fenômeno duplo de má nutrição, provocada tanto pela falta como pelo excesso de nutrientes inadequados e as doenças crônicas não transmissíveis associadas à alimentação se tornaram a principal causa de morte a nível internacional<sup>[15]</sup>. Neste contexto, a produção de alimentos *in natura* ganha ainda maior relevância como fonte de saúde e alimentação adequada. A conexão entre os problemas de obesidade, insegurança alimentar e as mudanças climáticas denominada de Sindemia Global<sup>[16]</sup> tem em sua raiz o sistema agroalimentar hegemônico, requerendo soluções que possam incidir de forma concomitante aos três problemas, entre as quais destacamos: a valorização dos agricultores familiares, a produção de alimentos através de práticas ecológicas, a revisão da estrutura das cadeias alimentares e a qualificação das políticas públicas agrícolas e alimentares.

Esse debate tem se acirrado desde o início da pandemia, visto que além de um agravamento dos problemas sociais, econômicos e ambientais, diferentes autores argumentam que as epidemias recentes, inclusive a COVID-19, têm relação direta com a forma como temos produzido, comercializado e consumido nossos alimentos <sup>[17,18,19,20]</sup>. Ao mesmo tempo, estudos internacionais têm indicado como a pandemia tem afetado a agricultura familiar, provocando dificuldades na manutenção da produção e na comercialização, com efeitos diretos na renda dos agricultores familiares <sup>[21, 22]</sup>.

Os dados do Censo Agropecuário lançado em 2019 indicam que o perfil demográfico da agricultura familiar brasileira nos anos recentes mostra uma população majoritariamente masculinizada, de baixa escolaridade e idade avançada, fatores que contribuem para uma maior suscetibilidade desse grupo frente à COVID-19. Os impactos vividos por esta população, rapidamente se expressam em alterações nas dinâmicas de abastecimento alimentar, havendo um potencial aumento da crise já em vigor. Para os fins desse estudo, optamos por trabalhar com as dinâmicas de abastecimento que têm os agricultores não só como produtores, mas também como comerciantes, em interação direta com os consumidores. Conforme proposto por Schneider<sup>[23]</sup>, são os chamados mercados de proximidade em que se estabelecem dinâmicas de trocas diretas entre produtores e consumidores por meio de transações localizadas. Estes mercados são caracterizados por um alto controle social das relações e uma boa autonomia dos agricultores frente aos processos produtivos e comerciais. Os canais de comercialização associados a estes mercados são as feiras, os grupos de consumo, compras na propriedade e os sistemas de entrega domiciliar mobilizados por agricultores. Nesses canais são ofertados majoritariamente alimentos *in natura*, frescos e sazonais, tornando-os de especial interesse para a SAN.

## A Região do Vale do Rio Pardo

A região deste COREDE<sup>6</sup> envolve 23 Municípios: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão,

desenvolvimento regional e sustentável do estado para a melhoria da qualidade de vida da população. Atualmente, existem vinte e oito Conselhos Regionais de

<sup>6</sup> Criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDE no Rio Grande do Sul visam o

Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. Com uma população total de 438.800 habitantes<sup>[24]</sup>, abrangendo uma área de 13.171,7 km<sup>2</sup><sup>[24]</sup>. Do total de habitantes dessa região, aproximadamente 63% residem em áreas urbanas e 37% se encontram em áreas rurais. Vale destacar que 10 dos 23 municípios citados apresentam população superior a 70% vivendo em áreas rurais<sup>[25]</sup>. Entre os municípios citados, Santa Cruz do Sul recebe destaque como polo econômico e cultural da região.

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico da região é de 0,74, o valor indica uma situação mediana<sup>[26]</sup>. Em termos de atividade econômica, o destaque é para a produção agropecuária. Conforme os dados do Censo Agro 2017, dos 167.899 agricultores da região 144.193 são considerados agricultores familiares perante a legislação do país, dos quais 87.434 são homens e 56.759 mulheres. O Vale do Rio Pardo está entre os COREDES com maior número de agricultores familiares no estado. No que diz respeito à produção, o grande destaque da região é o fumo, tendo presença no *ranking* nacional. Na produção de alimentos no RS, Arroio do Tigre é o décimo maior produtor de feijão preto (977 ton./ano) e o quinto na produção de abóbora (786 ton./ano). Na produção de mandioca, Venâncio Aires é o maior produtor do estado (11.790 ton./ano), seguido de Candelária (6.095 ton./ano) e Santa Cruz do Sul (4.923 ton./ano).

A preponderância local da produção de fumo faz com que haja uma grande necessidade de busca de alimentos fora da região para o abastecimento da população. Segundo cálculo realizado pelos técnicos do Arranjo Produtivo Local do Vale do Rio Pardo (APL-VRP), um montante de 90 milhões de reais/mês é investido na compra de alimentos de fora da região. Neste contexto, um dos objetivos principais do APL-VRP tem sido o fortalecimento da produção de alimentos na região,

com apoio no desenvolvimento de agroindústrias familiares e canais de comercialização. Portanto, a valorização local, seja da produção ou dos espaços de comercialização direta da agricultura familiar se torna um elemento chave não só para a SAN, mas também para o desenvolvimento regional.

É relevante mencionar que no período de realização da pesquisa, a agricultura familiar regional vivia também uma das mais fortes estiagens ocorridas no estado. Assim, além das dificuldades trazidas pela COVID -19, a escassez de recursos hídricos trouxe consequências para a população, os animais, o ambiente, levando a uma significativa queda na produção de alimentos.

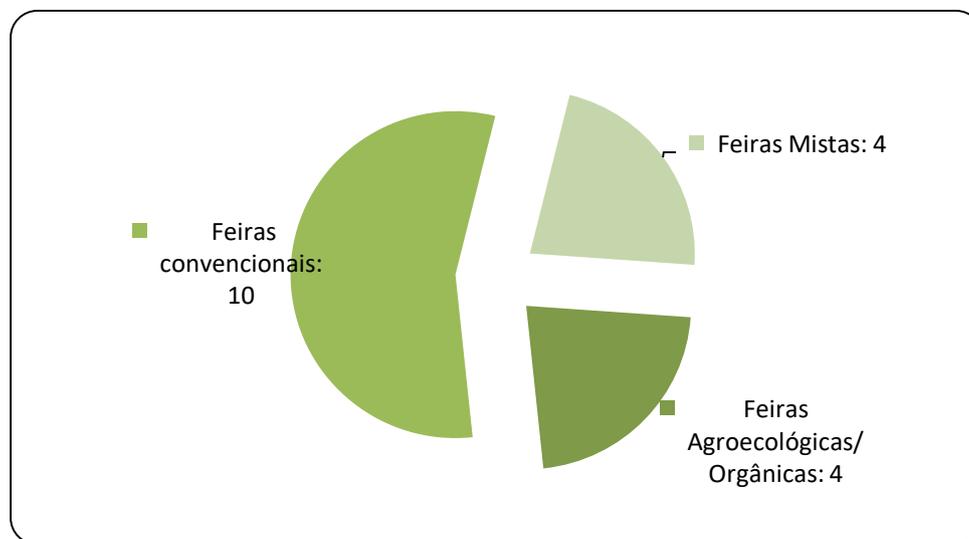
### **Os canais de comercialização da agricultura familiar no Vale do Rio Pardo**

Ao todo, foram identificados e analisados 19 canais de comercialização no Vale do Rio Pardo, dos quais 11 estão localizados em Santa Cruz do Sul e oito em outros municípios da região. Destes canais, 18 se referem a feiras, enquanto uma se caracteriza por ser uma Loja de Cooperativa de Agricultores que realiza entrega domiciliar. Neste sentido, optamos por apresentar aqui os dados referentes às feiras entendendo que estas têm um papel mais relevante seja para a renda dos agricultores da região, bem como para o abastecimento da população. As feiras foram classificadas conforme o tipo de alimentos que ofertam, sendo consideradas três categorias: 1. Feiras convencionais: as feiras em que são comercializados alimentos produzidos por agricultores familiares a partir de um manejo convencional de produção, não assumindo compromissos sobre o uso e monitoramento de agrotóxicos; 2. Feiras Agroecológicas/Orgânicas: se enquadram as feiras em que no tipo de produtos comercializados foram mencionados produtos agroecológicos ou orgânicos<sup>7</sup>; 3. Feira Mista: casos em que há a comercialização tanto de produtos convencionais da agricultura familiar como produtos agroecológicos ou orgânicos, indicando a coexistência de bancas com tipos de produtos distintos.

Desenvolvimento, sendo uma categorização geográfica e política amplamente usada para estudos acadêmicos.

<sup>7</sup> Ainda que tenhamos uma compreensão das distinções entre agroecologia e produção orgânica, a categoria neste caso se refere à produção sem uso de agrotóxicos e adubos químicos solúveis e a denominação utilizada pelos próprios

agricultores. Ressaltamos que não solicitamos comprovação de certificação dos produtos a Lei 10.831 (2003).

**Gráfico 1.** Classificação das feiras conforme os alimentos oferecidos, Vale do Rio Pardo, 2020.

**Fonte:** Autoria própria, 2020.

O Gráfico 1 demonstra a porcentagem da classificação das feiras na Região do Vale do Rio Pardo. A maioria das feiras é convencional, das quais seis encontram-se em Santa Cruz do Sul e são organizadas pela Associação Santa Cruzense de Feirantes (ASSAFE) por meio de 80 sócios-produtores, sendo o primeiro ponto de comercialização fundado no dia 23 de setembro de 1980. As feiras analisadas envolvem ao todo 228 famílias de agricultores em seu processo de produção, processamento e comercialização. Na grande maioria dos casos a feira acontece no próprio município de residência dos agricultores e três feiras envolvem agricultores residentes de outros municípios, sendo essas: a Feira Agroecológica da ECOVALE, a Feira Pedagógica da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC) e a Feira Municipal de Pântano Grande. Esses dados ressaltam o caráter local destas dinâmicas de abastecimento e indicam um alinhamento importante com as tendências internacionais sobre a construção dos sistemas alimentares sustentáveis em que as dimensões sociais, econômicas e ambientais dos territórios são fortalecidas e fomentadas de forma sistêmica<sup>[27]</sup>.

Em relação a variedade dos alimentos ofertados, a grande maioria oferece alimentos *in*

*natura*, sendo que hortaliças, frutas, ervas, temperos, mel e ovos estão presentes em todos os canais. Oito canais ofertam laticínios e cinco feiras vendem carnes e embutidos. Os dados estão em acordo com outros canais de proximidade que ofertam majoritariamente alimentos *in natura*, pouco processados. É importante ressaltar, que esses são os alimentos considerados mais saudáveis pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, tendo seu consumo como uma prioridade para garantia de uma dieta equilibrada não só em termos nutricionais, mas também a partir de uma compreensão integral e complexa da alimentação<sup>[28]</sup>.

Das feiras que acontecem em Santa Cruz do Sul, a Feira Orgânica Santo Inácio é a única que não utiliza as redes sociais. Todas as demais possuem atuação e têm utilizado essas tecnologias para informes sobre as adaptações vividas durante a pandemia e orientações para os consumidores. A situação se inverte quando olhamos as feiras realizadas nos demais municípios da região, apenas a Feira Agro Artesanal de Sinimbu tem atuação nas redes sociais. O uso de tecnologias da informação e comunicação (TICS) pelos agricultores na comercialização e interação com os consumidores é um tema relativamente novo. Lopes, Viana e Alfinito<sup>[29]</sup> destacam a importância da utilização das redes sociais para a interação com os consumidores

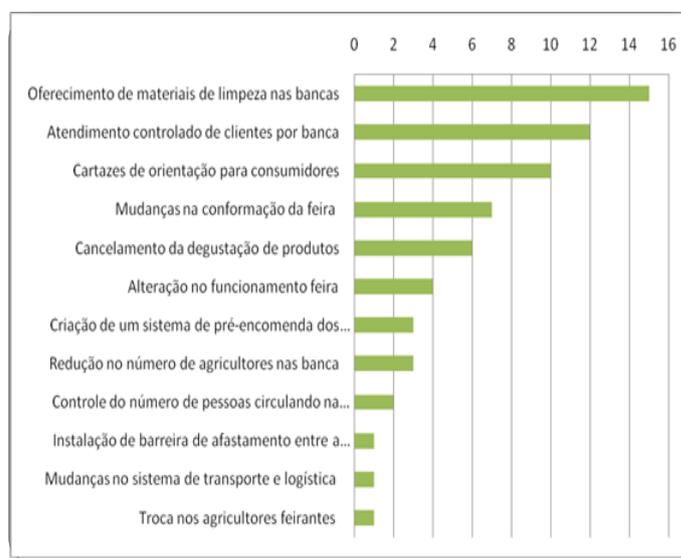
em redes alimentares alternativas no Distrito Federal e Cunha<sup>[30]</sup> argumenta a efetividade dessas TICS para a comercialização da agricultura familiar em redes da economia solidária no Nordeste. Importante ressaltar que se em um contexto prévio a pandemia, o uso dessas tecnologias poderia ser visto como uma estratégia a mais de divulgação e contato com o público consumidor, com o isolamento social que estamos vivendo, o uso das tecnologias passa a ser uma necessidade. É preciso considerar que o uso dessas tecnologias depende da construção de conhecimentos específicos e acesso qualificado as tecnologias de informação, elementos nem sempre disponíveis nas áreas rurais ou tampouco de rápido domínio, podendo ser um agravante no contexto de exclusão desses atores sociais. Mais do que isso, estudos realizados na Região indicam que o uso das TICS se torna mais um afazer a ser integrado na rotina entre a lavoura, o processamento, a comercialização e os afazeres da casa, levando a alterações de práticas e reinterpretações de processos materiais e simbólicos que afetam de diferentes formas a cultura dos atores envolvidos<sup>[31]</sup>.

No que diz respeito à situação das feiras durante a pandemia, a maioria se encontra em atividade estando apenas três feiras inativas, são elas: a Feira Pedagógica da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC); Feira Orgânica do Grupo O Eco da Vida de Venâncio Aires e Associação da Feira da Agricultura Familiar de Lagoa Bonita do Sul. No primeiro caso, a suspensão das atividades aconteceu devido ao fechamento do local de realização da feira. As outras duas feiras foram fechadas como uma medida de precaução visto que os feirantes encontram-se no grupo de risco. Segundo os entrevistados, a suspensão da feira gera um impacto grave na renda nos feirantes e também pode provocar a perda da produção por falta de canais que deem vazão aos alimentos cultivados pelos agricultores envolvidos.

Entre as quinze feiras ativas, nove encontram-se em Santa Cruz do Sul e as demais nos municípios de Encruzilhada do Sul, Sobradinho, Vera Cruz, Pântano Grande, Vale Verde e Sinimbu. Para que esses canais pudessem se manter em atividade, os agricultores precisaram implementar uma série de medidas de prevenção ao contágio da COVID-19, conforme indicado no Gráfico 2. As principais medidas implementadas foram: o

oferecimento de materiais de limpeza nas bancas como álcool gel, atendimento controlado de clientes por banca, colocação de cartazes de orientação para consumidores, mudanças na conformação da feira para aumentar o distanciamento entre bancas e o cancelamento da degustação de produtos. Além disso, o uso de máscaras foi assumido como prática tanto por produtores como consumidores. As medidas adotadas estão todas em acordo com as orientações fornecidas pelos órgãos de controle na área, tal como o MAPA <sup>[32]</sup>. Importante complementar que até o final da pesquisa, não houve nenhum relato de agricultores contaminados com a COVID-19.

**Gráfico 2.** Medidas de adaptação para prevenção ao contágio da COVID-19 em feiras ativas, Vale do Rio Pardo, 2020.



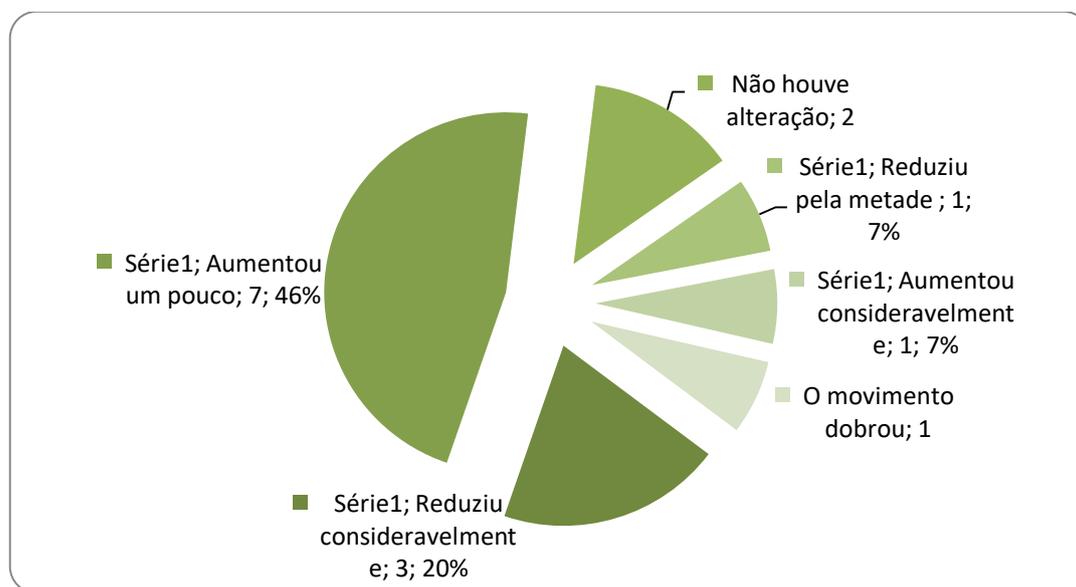
**Fonte:** Autoria própria, 2020.

No caso das feiras ativas em Santa Cruz do Sul, a maioria registrou aumento de cerca de 25% no movimento durante a pandemia (Gráfico 3). Para os respondentes, esse resultado tem a influência do fechamento dos restaurantes no início da pandemia e o aumento do preparo de refeições nas residências. O dado encontra ressonância no estudo da NutriNet Brasil realizado em maio de 2020 com 10.116 pessoas, na qual foi observado que houve um pequeno aumento no consumo de alimentos saudáveis<sup>[33]</sup>.

De forma oposta, a Feira Rural Central, também no município de Santa Cruz do Sul, registrou uma redução de mais de 60%, dado similar ao constatado em outras regiões em que a pesquisa foi realizada. Esses resultados se assemelham aos identificados em distintos países conforme dados da FAO<sup>[34]</sup>. Nas feiras ativas nos demais municípios, há

uma diversidade de situações quando comparamos o fluxo de consumidores em relação ao período prévio à pandemia, não sendo possível traçar um padrão para a Região, visto que há tanto casos em que há predominância do aumento na demanda, mas também há casos de redução e estabilidade.

**Gráfico 3.** Alterações no movimento de consumidores em feiras ativas, Vale do Rio Pardo, 2020.



Fonte: Autoria própria, 2020.

No que diz respeito ao fornecimento de orientações sobre medidas de prevenção para evitar o contágio e a disponibilização de auxílio nos processos de adaptação dos espaços de comercialização frente à COVID-19, as instituições mais atuantes foram a Prefeitura Municipal e a EMATER/ASCAR-RS. É relevante mencionar que a EMATER-RS tem tido uma intensa atuação durante a pandemia, lançando diferentes materiais com orientações para evitar o contágio da COVID-19 nas diferentes etapas do trabalho agrícola (produção, processamento e comercialização), bem como uma sequência de atividades educativas e de troca de saberes para apoiar os agricultores no enfrentamento à pandemia.

### A contribuição das feiras locais para o abastecimento da população

As feiras locais são importantes espaços de comercialização dos produtos da agricultura familiar, de socialização, de identidade regional e cultural, e também de integração e aprendizagem. Este tipo de espaço propicia aos agricultores familiares um relacionamento com outros sujeitos sociais, especialmente os consumidores urbanos. Para além dos aspectos estritamente econômicos, esses tipos de experiências representam um exercício de gestão autônoma dos agricultores familiares, com várias significações, e com participação na movimentação da economia local para atender necessidades multidimensionais, e contribuir com o seu potencial para o fortalecimento e o desenvolvimento do território.

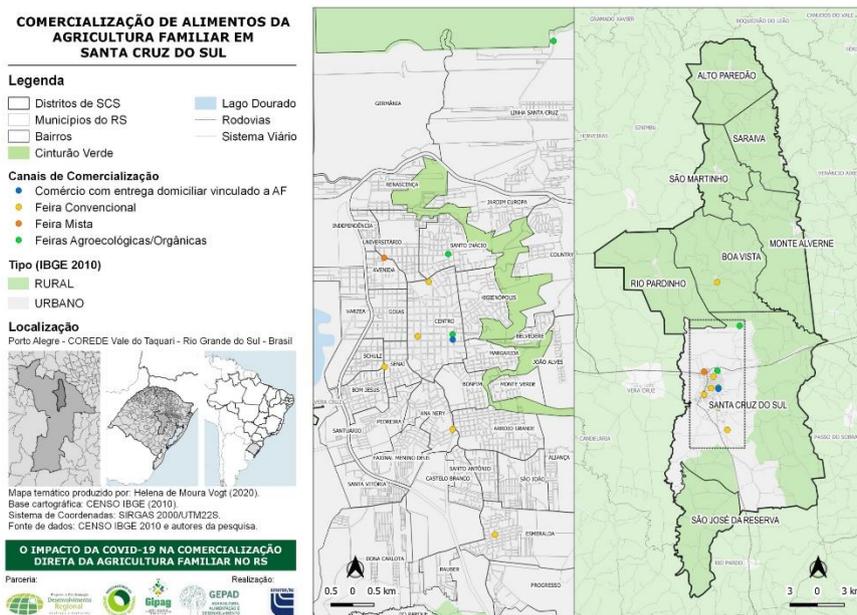
De forma a refletir sobre a potencial contribuição das feiras analisadas para o abastecimento da população, produzimos mapas relacionando a localização dos canais de comercialização estudados com variáveis sócio-espaciais fornecidas pelo Censo demográfico de 2010. Ainda que o tempo transcorrido entre a coleta de dados no último Censo demográfico seja considerável e que seguramente mudanças tenham ocorrido nas variáveis sociais, a inexistência de dados mais atuais nos limita ao uso dos dados disponíveis.

A Figura 1 traz uma análise de Santa Cruz do Sul como município polo da região, demonstrando que a distribuição espacial das feiras encontra-se na área urbana e sede do município, havendo uma maior

densidade no bairro centro. Das três feiras orgânicas que existem no município, duas encontram-se em áreas de maior poder aquisitivo: a Feira Agroecológica da ECOVALE e a Feira Orgânica Santo Inácio. Os dados corroboram com estudos sobre o perfil dos consumidores de produtos orgânicos [35;36].

A feira Pedagógica da EFASC está localizada na Linha Santa Cruz, no limite entre zona urbana e rural. A feira mais afastada acontece no distrito de Boa Vista, protagonizada por jovens agricultores com o apoio da EFASC, demonstrando potencial de comercialização de produtos da agricultura familiar nos diferentes bairros do município.

**Figura 1.** Mapa de distribuição dos canais de comercialização direta da agricultura familiar de Santa Cruz do Sul, 2020.



Fonte: Autoria própria, 2020.

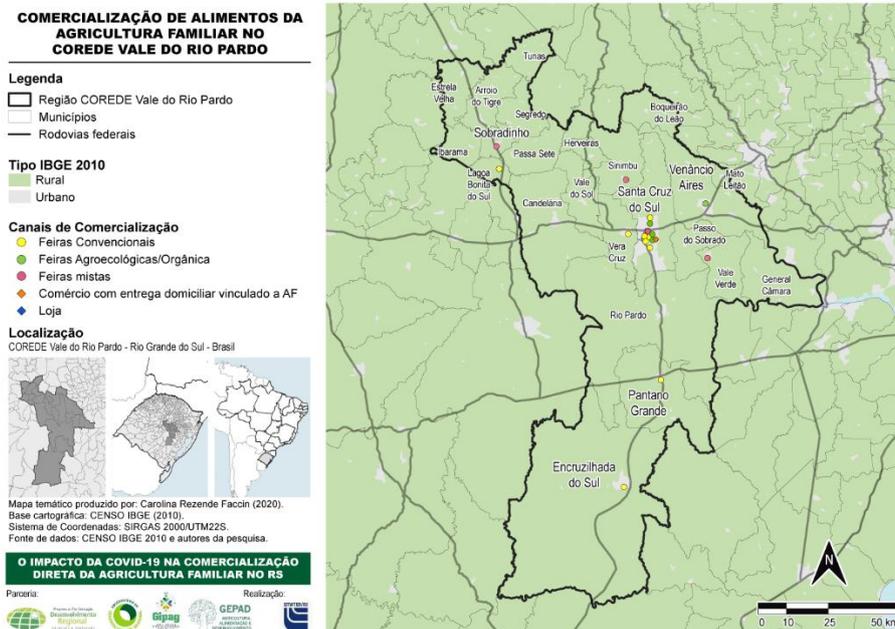
Quando realizamos um recorte com os valores médios de rendimento mensal dos responsáveis pelos domicílios (variações de renda de até R\$ 6.361,00) identificamos que a faixa de renda média predominante se situa entre R\$ 1.590,00 e R\$ 3.181,00, coincidindo com a localização da maioria das feiras mapeadas. A densidade da população com até 1 salário mínimo mensal coincide com os bairros que não possuem nenhuma feira, indicando que são

justamente os bairros com maior incidência de população com baixa renda que possuem menor acesso a feiras da agricultura familiar. Infelizmente, esse dado se repete como um padrão nas demais regiões do estado analisadas pela pesquisa. Também parece ser o caso de outros estados brasileiros, conforme as pesquisas de Castro Junior<sup>[37]</sup>, Zocchio e Hirota<sup>[38]</sup>.

A Figura 2 apresenta um mapa com o conjunto das feiras estudadas na região, distribuídos entre os diferentes municípios conforme a classificação das áreas enquanto urbanas ou rurais. Na Região do Vale do Rio Pardo fica evidente a densidade de área rural, frente a uma população majoritariamente urbana e uma baixa quantidade de espaços de comercialização. A maioria dos canais de comercialização analisados está localizada em Santa Cruz do Sul, mas diferente de outra região que fez parte dessa pesquisa – a região Metropolitana, não vemos um movimento pendular presente no território para comercialização de alimentos<sup>[39]</sup>. Há seguramente um movimento em direção a Santa

Cruz do Sul em busca de serviços de saúde e ensino, colocando a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) como altamente relevante para a educação no ensino superior. As três únicas feiras que têm agricultores com origem em diferentes municípios são a Feira da Agricultura Familiar de Pântano Grande, a Feira Agroecológica da ECOVALE e a Feira Pedagógica da EFASC, indicando o potencial para que outras feiras sejam constituídas com um caráter mais regional, em especial, nos municípios da região em que não há, até o momento, feiras da agricultura familiar.

**Figura 2.** Mapa dos canais de comercialização de alimentos da agricultura familiar na região VRP-RS, 2020.



Fonte: Autoria própria, 2020.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oferta de alimentos em quantidade e qualidade tem se tornado cada vez mais foco de preocupação no cenário nacional e internacional, seja por ser um direito humano há muito tempo negligenciado, mas também por ter um papel essencial no enfrentamento das principais crises que vivenciamos enquanto humanidade, tais como a insegurança alimentar, a desigualdade social e as mudanças climáticas. O surgimento desta nova pandemia se torna mais um desafio, em especial no

Brasil, em que um cenário de crise política e econômica já colocava a população em um contexto de fragilidade e desamparo.

Este artigo teve como foco apresentar e discutir como a pandemia COVID-19 estava incidindo sobre os espaços de comercialização direta vinculados à agricultura familiar no Vale do Rio Pardo-RS, afetando agricultores e gerando repercussões para o abastecimento da população. Apesar de a pandemia coincidir na região com uma grande estiagem, os resultados em relação ao funcionamento das feiras indicam um cenário

positivo para os agricultores familiares. A maioria das feiras segue ativa, registrando aumento no movimento financeiro, em diversos casos. Não foram relatadas situações de contágio de COVID-19 entre os agricultores envolvidos nas 18 feiras analisadas. As prefeituras locais e a EMATER-RS aparecem como as instituições mais atuantes na orientação aos cuidados de saúde e apoio aos processos de adaptação da comercialização, indicando que pelo menos a nível local, o Estado tem se feito presente na assistência a um segmento social tão relevante.

Ainda que a pesquisa não tenha conseguido coletar dados com o público consumidor, entendemos que a manutenção do funcionamento das feiras é altamente benéfica para o abastecimento da população, em especial por manter o fluxo de alimentos in natura a preços acessíveis, contribuindo para a saúde da população. Uma contribuição que a pesquisa aporta para além do contexto vivido na pandemia, é a quantificação e distribuição sócio-espacial dos canais de abastecimento protagonizados pela agricultura familiar na região. Esses dados eram inexistentes e acreditamos que sua identificação é essencial para que uma agenda de pesquisas aprofundadas na região possa ser delineada, seja em termos de compreender o contexto local de segurança alimentar e nutricional ou da efetividade das políticas e programas locais que têm incentivado a transição da matriz produtiva do tabaco para a produção de alimentos, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da região.

## REFERÊNCIAS

- [1] High-level Panel of Experts on Food Security and Nutrition – HLPE. Impact of COVID-19 on Food Security and Nutrition: Impact of COVID-19 on Food Security and Nutrition (FSN). Rome; 2020 [Acesso em 2020 set 25]. Disponível em: [https://fscluster.org/sites/default/files/documents/2020-03-19.\\_impact\\_of\\_covid-19\\_on\\_fsn\\_-\\_hlpe\\_-\\_final\\_draft.pdf](https://fscluster.org/sites/default/files/documents/2020-03-19._impact_of_covid-19_on_fsn_-_hlpe_-_final_draft.pdf)
- [2] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE. Desemprego [Internet]. Rio de Janeiro; 2020 [Acesso em 2020 set 20]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>
- [3] Fundo das Nações Unidas para a infância. Impactos primários e secundários da COVID-19 em Crianças e Adolescentes. Brasília: IBOPE inteligência, 2020.
- [4] Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Princípios e Diretrizes de uma política de Segurança Alimentar e nutricional. Brasília: Positiva, 2004.
- [5] Recine E, Garcia G. A sociedade civil e a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. In: Preiss PV, Schneider S, Coelho-de-Souza GA. Contribuição Brasileira à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2020. p.107-124.
- [6] Takagi M. A implantação do Programa Fome Zero do governo Lula. In: Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fome Zero: uma história brasileira. Brasília: MDS; 2010.
- [7] Leão M, Maluf R. A construção de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira. Brasília: Oxfam; 2012.
- [8] Grisa C, Schneider S, Vasconcellos FCF. As compras públicas como instrumentos para a construção de sistemas alimentares sustentáveis. In: Preiss PV, Schneider S, Coelho-de-Souza GA. A Contribuição Brasileira à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. 1ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2020.p. 69- 92.
- [9] FAO, IFAD and WFP. The State of Food Insecurity in the World 2014: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Roma; 2014 [Acesso em 2020 set 10]. Disponível em: <http://www.fao.org/3/A-I4030E.PDF>
- [10] Weitz N, Nilsson M, Davis M. A Nexus Approach to the Post-2015 Agenda: Formulating Integrated Water, Energy, and Food SDGs. SAIS Review of International Affairs.2014; 34 (2): 37-50. doi:10.1353/sais.2014.0022
- [11] FAO and IFAD. United Nations decade of family farming 2019-2028: global action plan. Rome; 2019 [Acesso em 2020 set 10]. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca4672en/ca4672en.pdf>
- [12] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos [Internet]. Rio de Janeiro; 2019 [Acesso em 2020 jun 07]. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf)
- [13] Popkin, BM. Nutrition, agriculture and the global food system in low and middle income countries. Food Policy. 2014; 47: 91-96. doi:10.1016/j.foodpol.2014.05.001

- [14] Fanzo J. The role of farming and rural development as central to our diets. *Physiology & Behavior*. 2018; 193: 291-297. doi:10.1016/j.physbeh.2018.05.014
- [15] International Panel of Experts on Sustainable Food Systems - IPES-Food. Unravelling the Food–Health Nexus: Addressing practices, political economy, and power relations to build healthier food systems [Internet]. Brussels; 2017. [Acesso em 2020 ago 17]. Disponível em: [https://futureoffood.org/wp-content/uploads/2017/10/FoodHealthNexus\\_Full-Report\\_FINAL.pdf](https://futureoffood.org/wp-content/uploads/2017/10/FoodHealthNexus_Full-Report_FINAL.pdf).
- [16] Swinburn BA, Kraak VI, Allender S, Atkins VJ, Baker PI, Bogard JR et al. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The Lancet Commission report. *The Lancet*. 2019; 393 (10173): 791-846. Doi: [https://doi.org/10.1016/SO140-6736\(18\)32822-8](https://doi.org/10.1016/SO140-6736(18)32822-8).
- [17] Wallace R. Big farms make big flu: dispatches on Infectious disease, agribusiness, and the nature of science. New York: Monthly Review; 2016.
- [18] Pollan, M. The Sickness in Our Food Supply. Orenda Healing International [internet]. 2020 [Acesso em 2020 set 14]. Disponível em: <https://www.orenda-arts.org/the-sickness-in-our-food-supply-michael-pollan/>.
- [19] Paim C, Alonso W. Pandemia, saúde global e escolhas pessoais. Alfenas: Cria Editora; 2020.
- [20] Abramovay R. O sistema alimentar mundial está doente e a culpa não é da COVID-19. Uol TAB [internet]. 2020 [acesso em 2020 set 12]. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/colunas/ricardo-abramovay/2020/05/22/o-sistema-alimentar-mundial-estadoente-e-a-culpa-nao-e-da-covid-19.htm>.
- [21] Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. La agricultura familiar y el abastecimiento agroalimentario ante la pandemia COVID-19 en América Latina y el Caribe [internet]. Costa Rica; 2020 [Acesso em 2020 set 21]. Disponível em: <https://iica.int/sites/default/files/2020-08/sondeolargo%20%281%29%20%281%29.pdf>
- [22] Salazar L, Schling M, Palacios AC, Pazos N. Retos para la agricultura familiar en el contexto del COVID-19: evidencia de productores en ALC. Washington; 2020 [Acesso em 2020 set 21]. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Retos-para-la-agricultura-familiar-en-el-contexto-del-COVID-19-Evidencia-de-productores-en-ALC.pdf>
- [23] Schneider S. Mercados e Agricultura Familiar. In: Marques FC, Conterato MA, Schneider S. Construção de Mercados e Agricultura Familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2016. p. 93-140.
- [24] Fundação de Economia e Estatística – FEE. Corede Vale do Rio Pardo. [Internet]. Porto Alegre; 2020 [Acesso em 2020 set 29]. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Rio+Pardo>
- [25] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas-IBGE. Sinopse do Censo demográfico 2010. Rio Grande do Sul [Internet]. Rio de Janeiro; 2010 [Acesso em 2020 mai 20]. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=43&dados=0>
- [26] Fundação de Economia e Estatística – FEE. Resultados Idese- 2015. Estado. [Internet]. Porto Alegre; 2015 [Acesso em 2020 set 29]. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/idese/resultados-idese-2015/>
- [27] Preiss PV, Deponti CM. Reflexões sobre o potencial da realocação alimentar para o desenvolvimento regional. In: Silveira RL, Deponti CM. Desenvolvimento regional: processos, políticas e transformações territoriais. São Carlos: Pedro e João Editores; 2020.p. 261- 291.
- [28] Brasil. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília: Ministério da Saúde; 2014.
- [29] Lopes IB, Viana MM, Alfinito S. Redes alimentares alternativas em meio à Covid-19: reflexões sob o aspecto da resiliência. *Gestão & Sociedade*. 2020; 14 (39): 3750-3758. <https://doi.org/10.21171/ges.v14i39.3265>.
- [30] Cunha JIC. A internet no meio rural nordestino: um estudo na rede xique-xique de comercialização solidária. In: Anais do XIX Congresso Brasileiro de Sociologia; 2019 9 – 12 julho; Florianópolis, Santa Catarina: SBS; 2019, p. 1.17.
- [31] Escosteguy ACD (coord.), Felippi ACT (coord. Campo). As tecnologias de comunicação no cotidiano de famílias rurais: (re)configurações de uma ruralidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2019.
- [32] Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância sanitária. Recomendações para comercialização de produtos alimentícios em feiras livres, sacolões e varejistas. Brasília; 2020 [Acesso em 2020 set 18]. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/campanhas/mapacontracoronavirus/>

documentos/recomendacoes-comercializacao-produtos-alimenticios-feiras-livres-sacoloes-varejistas.pdf.

[33] Steele EM, Rauber F, Costa CS, Leite MA, Gabe KT, Louzada MLC, et al. Mudanças alimentares na coorte NutriNet Brasil durante a pandemia de covid-19. *Rev Saúde Pública*. 2020; 54 (91) :1-8.

[34] Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO. Cities and local governments at the forefront in building inclusive and resilient food systems: key results from the FAO survey “Urban food systems and Covid-19”. Roma: FAO; 2020.

[35] Pereira MC, Müller CR, Rodrigues FSA, Moutinho ABA, Rodrigues KL, Botelho FT. Mudança no perfil sociodemográfico de consumidores de produtos orgânicos. *Ciênc saúde coletiva*. 2015; 20 (9): 2797- 804.

[36] Castaño LSA, Castro MAC, Vergara DQ, Bedoya XM, Paniagua LMR, et al. Los consumidores de alimentos orgánicos, ¿es posible construir política pública?. *Estudio*

de casos de Medellín. *Nutrición Hospitalaria*. 2019; 36 (2): 640–646.

[37] Castro Junior PCP. Ambiente alimentar comunitário medido e percebido: descrição e associação com Índice de Massa Corporal de adultos brasileiros [tese]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz; 2018. 175 p.

[38] Zocchio G, Hirota R. São Paulo: entre a abundância e a escassez no acesso à alimentação. O Joio e o Trigo [Internet]. 2020 [acesso em 2020 set 20]. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2020/06/sao-paulo-ambiente-alimentar/>

[39] Preiss PV, Navarro RS, Silva GP, Weber J, Vogt HM, Faccin C. et al. Relatório de Resultados Preliminares da Pesquisa “O impacto da COVID-19 na comercialização direta da agricultura familiar no RS”: Regiões Metropolitana do Delta do Jacuí e Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul; 2020 OBSERVA-DR, 2020.